

HABEAS CORPUS Nº 384.433 - PE (2016/0338581-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : AUGUSTO EVERTON REIS MOURA
ADVOGADO : RASSIRE OLIVEIRA DE SOUSA - BA021388
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PACIENTE : LUIZ EVERTON REIS MOURA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. CALÚNIA PRATICADA CONTRA FUNCIONÁRIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, INJÚRIA, AMEAÇA, COAÇÃO PROCESSUAL E EXTORSÃO. PRETENSÃO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO CAUTELAR, AO ARGUMENTO DA EXISTÊNCIA DE NULIDADES. DECISÃO DEFINITIVA DO TRIBUNAL A *QUO* A RESPEITO DAS QUESTÕES APRESENTADAS PELO IMPETRANTE. AUSÊNCIA. FEITO ORIGINÁRIO SUSPENSO ATÉ A RESOLUÇÃO DOS VÁRIOS INCIDENTES DE IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO APRESENTADOS PELA DEFESA. CONHECIMENTO DO *WRIT*. IMPOSSIBILIDADE.

Writ não conhecido.

DECISÃO

O presente *writ*, impetrado em benefício de **Luiz Everton Reis Moura**, não comporta conhecimento.

Narram os autos autos que o paciente foi condenado como incurso nos crimes de calúnia praticada contra funcionário público no exercício de suas funções, injúria, ameaça, coação processual e extorsão, às penas de 20 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, negado o direito de recorrer em liberdade (Ação Penal n. 0000070-21.2015.4.05.8308). Consta que desde junho de 2015, está em prisão domiciliar, por força da ordem de *habeas corpus* concedida por esta Corte Superior (HC n. 319.523/PE, de minha lavra).

Ao que se tem, a impetração busca, preliminarmente, a revisão de todos os certificados digitais, chancelas e sistemas de informática do Superior Tribunal de Justiça, que considera estar em desacordo com as previsões legais e as normas do CNJ, inclusive questionando o procedimento licitatório e os contratos firmados. Aduz, por isso, que o julgamento do presente *writ* é de

competência da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

No mérito, o *habeas corpus* suscita suspeição do Desembargador prevento para o julgamento da ação penal e dos inúmeros expedientes processuais suscitados pela Defesa do Paciente. Afirma que o Desembargador teria, inclusive, sido transferido de Seção e eleito Vice-Presidente sem que o Tribunal Federal *a quo* deferisse os pedidos de redistribuição dos feitos para o Pleno da Corte, listando uma série de feitos que pretende ver anulados. Defende, assim, que a constrição do Paciente é ilegal diante da incompetência e suspeição do juiz, nos termos do art. 564 do CPP.

Ao final, *"requer seja deferida a liminar nos termos coligidos no presente writ, para determinar o imediato relaxamento de prisão do paciente e a imediata expedição do alvará de soltura bem como para determinar a redistribuição da Apelação Criminal n.º ACR14128-PE (Ação Penal n.º 0000070-21.2015.4.05.8308/17.ª Vara Federal de Pernambuco) na forma da lei"* (fls. 67-68).

A liminar foi indeferida pela então Ministra Presidente deste Superior Tribunal, Laurita Vaz, em 30/12/2016 (fls. 4.138/4.140).

Foram prestadas as informações (fls. 4.143/4.151 e 4.152/4.160).

Opostos embargos de declaração contra a decisão que indeferiu o pedido liminar, recebi a inicial como pedido de reconsideração e indeferi o pleito (fls. 4.307/4.308).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da impetração (fls. 4.313/4.314):

HABEAS CORPUS. COMPETÊNCIA DA SEXTA TURMA. REGIMENTO INTERNO. PREVENÇÃO. AUTENTICAÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA DE AMEAÇA OU COAÇÃO ILEGAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO.

1. Apontado como coator o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a teor do art. 13, I, "b", do Regimento Interno dessa E. Corte, compete às Turmas processar e julgar o feito.

2. No que se refere à distribuição processual, plenamente aplicável o art. 71 do RISTJ, porquanto a competência do Exmo. Min. Relator resta preventiva para todos os feitos posteriores referentes à ação penal nº

0000070-21.2015.4.05.8308, bem como processos conexos.

3. A alegação de desobediência às normas relativas à autenticação dos atos processuais e de sua publicação no Diário de Justiça Eletrônica pelo STJ é estranha à finalidade do remédio constitucional, que visa afastar ameaça ou coação ilegal à liberdade de locomoção.

4. Não há falar em violação ao princípio do juiz natural, pois a distribuição processual por prevenção está respaldada pela lei processual e procedimentos preestabelecidos no Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

5. Não pode o STJ enfrentar diretamente matéria não analisada pelo Tribunal de origem, sob pena de supressão de instância.

6. Não está demonstrada nenhuma ilegalidade referente à retirada do segredo de justiça de determinados processos, nem há comprovação da suscitada necessidade de renovação da intimação para a defesa apresentar as razões de apelação criminal.

7. Parecer pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório inicial.

Busca a impetração o relaxamento da prisão preventiva imposta ao paciente na ação penal em que restou condenado como incurso nos crimes de calúnia praticada contra funcionário público no exercício de suas funções, injúria, ameaça, coação processual e extorsão, ao argumento da ocorrência de nulidades.

Preliminarmente, conforme tenho afirmado nos feitos apresentados em favor do paciente neste Superior Tribunal, constatada a prevenção deste Ministro, haja vista a relatoria frente aos processos posteriores e conexos à Ação Penal n. 0000070-21.2015.4.05.8308, em estrita observância ao art. 71 do Regimento Interno desta Corte, não cabe a distribuição do presente feito à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PEDIDO FORMULADO NO CORPO DA PETIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. ERRO GROSSEIRO. EFEITOS RETROATIVOS. NÃO OCORRÊNCIA. DESERÇÃO. SÚMULA 187/STJ. **PREVENÇÃO. ART. 71 DO RISTJ.**

1. **A distribuição de recurso torna preventiva a competência do relator para todos os recursos posteriores, referentes ao mesmo processo (RISTJ, art. 71), caso diverso do destes autos.**

2. O pedido de assistência judiciária gratuita formulado no curso da ação deve ser deduzido em petição a ser atuada em separado e processada em

apenso aos autos principais (Lei 1.060/50, art. 6º), configurando erro grosseiro a proposição no corpo da petição do recurso especial.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 256.138/GO, Rel. Ministra Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 4/6/2013 – grifo nosso)

No tocante às alegações relacionadas à assinatura digital dos atos processuais e das publicações no Diário da Justiça eletrônico do STJ, verifica-se que nada tem a ver com a finalidade do *writ*, de coibir ameaça ou coação ilegal à liberdade de locomoção.

Em relação às supostas nulidades decorrentes da distribuição dos feitos em segundo grau de jurisdição para o Desembargador Federal Cid Marconi Gurgel de Souza, atual ocupante da vaga da Terceira Turma, deixada pelo Desembargador Federal Francisco Geraldo Apoliano Dias, não há como, no presente momento, este Superior Tribunal se manifestar sobre a questão, pois em consulta à página eletrônica do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, verifica-se que a tramitação da apelação se encontra suspensa, até que sejam decididos todos os incidentes de impedimento/suspeição formulados pela defesa contra os membros da Terceira Turma e do Tribunal.

Assim, o conhecimento originário da questão por este Superior Tribunal configuraria indevida supressão de instância, uma vez que não há decisão definitiva sobre a questão exarada pelo Tribunal *a quo*.

Em face do exposto, **não conheço** da impetração.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator